

# **Educação inclusiva: concepções de professores de sala regular da rede municipal de Goiana**

Thássia de Andrade Gomes<sup>1</sup>

Tícia Cassiany Ferro Cavalcante<sup>2</sup>

## **Resumo**

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a concepção de educação inclusiva dos professores de sala regular da rede municipal de Goiana/PE. A escolha dessa cidade foi pelo grande impacto para o Estado de Pernambuco, sendo a 2ª cidade com maior PIB per capita do Estado. Os objetivos específicos foram: compreender quais são as concepções sobre educação inclusiva de professores da sala regular da rede municipal de Goiana; identificar os aspectos da inclusão escolar que esses docentes consideram como positivos; analisar suas principais dificuldades, no processo de inclusão escolar, e o porquê delas ocorrerem. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa, fazendo uso de uma entrevista semiestruturada com sete professores dos anos iniciais do ensino fundamental da sala regular. Pode-se constatar que a concepção que os docentes do município têm quanto à educação inclusiva, em sua maioria, está de acordo com o referencial teórico utilizado e documentos norteadores; consideram como aspectos positivos a convivência com a diferença; a aceitação dos alunos e o sentimento de pertencimento da criança. Já as suas principais dificuldades são a falta de estrutura física, de recursos pedagógicos, de profissionais de apoio escolar capacitados e falta de formação na área para os professores da sala regular.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Inclusão; Pessoa com deficiência; Formação de professores.

## **1 Introdução**

Atualmente, a inclusão escolar tem sido alvo de debates, porém nem sempre foi assim. Antes as pessoas com deficiência não tinham acesso à escola e eram completamente excluídas da sociedade (SASSAKI, 2002). Com o tempo, passou-se a olhar para essas pessoas, porém em uma perspectiva apenas clínica e não educacional. Mudanças ocorreram e hoje há o interesse e buscas, através de Políticas Públicas, por incluir essas crianças com deficiência na escola e fazer com que todos aprendam.

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos. Porém vemos que mesmo estando no paradigma da educação inclusiva, ainda temos direitos negados, seja pela negação velada da matrícula escolar, principalmente na rede privada de ensino ou pela falta de inclusão das crianças com deficiência no processo de ensino e de aprendizagem.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. (e-mail: [thassiaag@hotmail.com](mailto:thassiaag@hotmail.com))

<sup>2</sup> Profª Drª do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais, Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. (e-mail: [ticiaferro@hotmail.com](mailto:ticiaferro@hotmail.com))

Durante esses anos de estudo no curso de graduação, início da docência e conversas com outros profissionais percebi que a educação inclusiva tem sido um desafio para ser posto em prática. Diante disso, surgiu a curiosidade para saber qual a concepção de educação inclusiva dos professores da sala regular, da rede municipal de Goiana-Pernambuco: se esses docentes acreditam ter aspectos positivos na inclusão escolar e quais seriam suas maiores dificuldades. Partindo desta questão, este trabalho levanta o seguinte problema: por que os professores da sala regular da rede municipal de Goiana possuem dificuldades no processo de inclusão de estudantes com deficiência?

Portanto, como objetivo geral, o presente trabalho visa analisar as concepções sobre a educação inclusiva de professores da sala regular da rede municipal de Goiana. Tem como objetivos específicos: compreender quais são as concepções sobre educação inclusiva de professores da sala regular da rede municipal de Goiana; identificar os aspectos da inclusão escolar que os professores da sala regular da Rede Municipal de Goiana consideram como positivos; analisar as principais dificuldades, no processo de inclusão escolar, enfrentadas pelos professores da sala regular da rede municipal de Goiana e o porquê delas ocorrerem.

Foram escolhidos os docentes do município de Goiana, zona da mata de Pernambuco, por ser uma cidade de impacto para o Estado, já que é a 2ª cidade com maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado de Pernambuco e com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 4,5 em 2021, estando em 155º no *ranking* do ensino fundamental/anos iniciais/pública no Estado de Pernambuco de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Ideb se baseia no aprendizado de português e matemática, medidos pela Prova Brasil, e na taxa de aprovação.

Uma vez entendendo-se quais são as dificuldades, para a inclusão de pessoas com deficiência, dos docentes que lecionam em salas regulares das escolas da rede municipal de Goiana e o motivo delas ocorrerem, pode-se tomar decisões a fim de eliminá-las ou, ao menos, diminuí-las, proporcionando uma efetiva educação inclusiva no município.

## **2 Referencial Teórico**

A educação é um direito de todos, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, porém para que este direito seja garantido muita luta tem sido travada, principalmente na garantia ao acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola.

Já temos avanços na questão da inclusão escolar dessas pessoas, mas os desafios são constantes e precisam ser vencidos.

Veremos um breve histórico da educação especial e inclusiva, assim como a diferença entre integração e inclusão, também a legislação envolvendo a educação inclusiva e as barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015.

## 2.1. Breve histórico da educação especial e inclusiva

Hoje temos vários debates sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência, porém a realidade não era esta, anos atrás. Essas pessoas eram totalmente excluídas da sociedade e não tinham acesso à educação. Segundo Bezerra e Figueiredo (2010, p. 25), na Idade Antiga, as pessoas com deficiência morriam ainda quando criança ou eram sacrificadas na infância. “Em Esparta, as crianças com problemas físicos ou frágeis demais eram jogadas de rochedos ou abandonadas, enquanto algumas comunidades indígenas matavam os recém-nascidos com deformidades, porque estes não se adaptavam ao modo de vida que levavam.” (BEZERRA; FIGUEIREDO, 2010, p. 25)

Ainda de acordo com as autoras Bezerra e Figueiredo (2010, p. 27), na Idade Média, essas crianças “passaram a serem vistas como cristãos, com alma e, portanto, não poderiam ser sacrificadas”. Nesse período surgem as instituições consideradas como lugares de refúgio, onde as pessoas com deficiência ficavam enclausuradas e longe da sociedade. Já na Idade Moderna, período entre 1453 e 1789, “houve avanços na área médica e, com isso, o interesse científico pela temática da deficiência”. “A partir da segunda metade do século XX, observamos na sociedade pequenos movimentos que tendem a aceitar as pessoas com deficiência. Outra visão é lançada sobre essas pessoas, tendo como escopo sua inserção na sociedade, na escola e no mercado de trabalho.” (BEZERRA; FIGUEIREDO, 2010, p. 27)

De acordo com Sasaki (2002), a educação especial no Brasil passou por quatro fases até o momento atual: exclusão, segregação, integração e inclusão. A fase da exclusão foi aquela em que as pessoas com deficiência eram totalmente excluídas da sociedade e não tinham acesso à educação. Após esse período, essas pessoas tiveram acesso à educação, porém de maneira segregada. Elas ainda não frequentavam as escolas comuns, sendo assim, surgiram as escolas especiais, organizadas pelas próprias famílias. Essa é a fase da segregação. Depois de algum tempo, as pessoas com deficiência que eram consideradas mais aptas a aprender foram encaminhadas às escolas comuns, porém eram apenas inseridas naquele espaço sem que houvessem adaptações por parte da escola. Elas estavam integradas à

escola. Seria a fase da integração. E por fim, a última fase classificada por Sasaki (2002) e que é o paradigma no qual estamos: fase da inclusão, que consiste nas escolas comuns receberem as pessoas com deficiência e fazerem as adaptações para receber esses estudantes.

Apesar dos avanços nas concepções de deficiência que vemos ao longo da história, muito ainda precisa ser mudado. Um novo paradigma nos é posto: o paradigma da inclusão. Nesse paradigma, a educação especial, segundo Sanches e Teodoro (2006, p. 69) é “um conjunto de meios postos ao serviço das crianças e jovens com necessidades educativas especiais para que eles tenham acesso às aprendizagens”; passa atuar como suporte à escola regular ao receber esse aluno com deficiência (GLAT; FERNANDES, 2005). É preciso fazer cumprir o direito das pessoas com deficiência de ter uma educação de qualidade, uma educação para todos, a inclusiva. De acordo com Sanches e Teodoro (2006, p. 72), educação inclusiva “é uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema. mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidade, de políticas e de práticas educativas”.

## 2.2. Integração x Inclusão

O modelo que segregava as pessoas com deficiência em instituições especializadas, onde predominava o modelo médico, passa a ser questionado e essas pessoas passam a ser vistas como alguém que pode aprender. Dessa forma, ocorre a mudança do paradigma do “modelo médico” para o “modelo educacional”. É a partir dos anos 70 que as pessoas com deficiência começam a ser integradas nas escolas regulares, ou seja, começam a ter acesso à educação escolar nas classes regulares (GLAT; FERNANDES, 2005). De acordo com Glat e Fernandes (2005, p. 37-38), a integração “visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas”.

A partir do anos 90, ocorre uma nova mudança no paradigma: desta vez passando da integração para a inclusão. Ativistas, movimentos e grupos de pessoas com deficiência começaram a combater a forma injusta da sociedade de impor que as crianças com deficiência se adequassem à escola comum. Para eles, a sociedade é quem tinha que mudar seus paradigmas educacionais, remover as barreiras, os obstáculos para que atendesse a todas as crianças (SASSAKI, 2005, p. 20).

Integração e Inclusão são duas fases distintas da educação especial. Apesar de estarmos no paradigma da educação inclusiva, muita confusão ainda é feita nas escolas sobre como de fato incluir um estudante com deficiência. Muitos ainda confundem inclusão com integração. Sasaki (2005, p. 22) diferencia integração de inclusão da seguinte maneira ao descrever os sentidos destas palavras faladas pelas pessoas: “[...] integração significando ‘inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade’ e a inclusão significando ‘modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania’”. Ou seja, na integração a pessoa com deficiência é apenas inserida e esta deve adaptar-se ao local. Já na inclusão, a sociedade/escola modifica o seu ambiente para receber o aluno com deficiência. Não só a criança/jovem com deficiência, como também todos aqueles que tiverem algum tipo de dificuldade na aprendizagem e os demais estudantes, pois a intenção é não excluir ninguém. Segundo Mantoan (2015, p. 28), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

### 2.3. Legislação sobre Educação Inclusiva: marcos legais internacionais e nacionais

A partir dos anos 80 é que dá-se início ao movimento de inclusão das pessoas com deficiência e começam a surgir legislação nesse sentido. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 e 208 diz que a educação é direito de todos e que o Estado deve fornecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988). No ano seguinte, 1989, surge a Lei 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência<sup>1</sup>, sua integração social. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990 - nos artigos 53 e 54, reforça o direito destes à educação e ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Art. 55 dispõe que “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990, p. 18)

---

<sup>1</sup>O termo “portador de deficiência” está em desuso. O termo atual é “pessoa com deficiência”.

Em 1990, no nível internacional, acontecia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia. Dessa conferência resultou a Declaração de Jomtien. Vários países se comprometeram com essa Declaração assinando o documento. O Brasil foi um deles e ao fazer assume o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país (MEC/SEESP, 2004).

Ainda em nível mundial e após 4 anos da Conferência em Jomtien, em 1994, acontece a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha. A Declaração de Salamanca é um marco na educação inclusiva. O Brasil faz parte dos países que assinaram essa declaração, se comprometendo com os objetivos propostos que visavam transformar os sistemas educacionais em sistemas inclusivos (MEC/SEESP, 2004).

Outras legislações surgem no Brasil como forma de garantir os direitos das pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, como podemos observar no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Legislações Brasileiras sobre inclusão**

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853 de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação, em que estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.
Resolução CNE/CEB nº 02/2001	Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana)	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei Nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 (Lei Romeo Mion)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Em 2008, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em 2015, tivemos mais um avanço em termos de legislação com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que de acordo com Art. 1º é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

#### 2.4. Barreiras para a Inclusão

No processo de inclusão social ou escolar algumas barreiras podem surgir. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, cita algumas dessas barreiras. A LBI, em seu artigo 3º, inciso IV, considera barreira como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros[...] (BRASIL, 2015, p. 2).

Qualquer obstáculo, algo que limite ou impeça a participação das pessoas com deficiência na sociedade, incluindo a escola, é considerada uma barreira para a inclusão. No Art. 3º, inciso IV, alíneas “a” à “f”, são mencionados os tipos de barreiras. Estas podem ser urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes; nas comunicações e na informação; atitudinais e tecnológicas. Um dos grandes problemas para termos uma educação, de fato, inclusiva é a barreira atitudinal. De acordo com o artigo 3º, inciso IV, alínea “e” da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, barreiras atitudinais são “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 2).

Docentes que carregam preconceitos quanto à aprendizagem de crianças com deficiência, que ainda não compreenderam que esta pode aprender e que a educação é para todos possuem atitudes e comportamentos que limitam o estudante e prejudica sua inserção no ambiente escolar, chamadas de barreiras atitudinais. Assim como docentes que não buscam melhorar sua prática pedagógica para que todos possam aprender, apesar de suas necessidades individuais. Para que a educação inclusiva seja realidade em todas as escolas brasileiras, as

barreiras precisam ser quebradas e uma delas é a barreira atitudinal que é combatida com conhecimento e informação.

### **3 Metodologia**

O presente artigo trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Mendonça (2017, p. 91) “permitem explicar acontecimentos sociais e comportamento humano”. Para tal, a coleta de dados foi realizada no município de Goiana-PE. Goiana tem 31 escolas municipais que possuem ensino fundamental anos iniciais e 185 docentes deste mesmo nível de ensino, de acordo com o Censo Escolar 2021 do IBGE. Desse total de docentes, utilizou-se como amostra sete (07) professores da sala regular que lecionam no ensino fundamental anos iniciais da rede municipal. Foram escolhidas três (03) escolas para fazer parte da amostra. O critério para a escolha destas escolas foi o fato de terem estudantes com deficiência matriculados.

Para atingirmos os objetivos propostos da pesquisa foi aplicada uma entrevista semiestruturada com os professores. Dessa maneira, foi possível compreender quais são as concepções de cada docente em relação à educação inclusiva, os aspectos que consideram positivo e as suas principais dificuldades, assim como, identificar porque elas ocorrem. |

### **4. Resultados e discussão**

#### **4.1 Amostra da pesquisa: docentes**

Como parte da amostra para a realização desta pesquisa foram selecionados sete (07) professores que lecionam em três (03) escolas diferentes da Rede Municipal de Goiana, Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco. As escolas e nomes dos professores entrevistados foram ocultados. Denominaremos os professores de P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7. Todas as escolas possuem crianças com deficiência matriculadas.

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com as docentes e traçado um perfil da amostra das professoras entrevistadas pudemos perceber que possuem faixa etária diversificada entre 35 e 53 anos, sendo todas do sexo feminino. Lecionam nas turmas do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental. Em relação à formação das entrevistadas constatamos que três (03) delas possuem graduação em Ciência com habilitação em matemática (P1, P3 e P7) e quatro (P2, P4, P5 e P6), em licenciatura em pedagogia. Todas

possuem pós-graduação, sendo em ensino da matemática (P1), psicopedagogia (P2, P4, P5), alfabetização e letramento (P3), gestão de pessoas (P6), educação infantil e planejamento e gestão escolar (P7). Quanto aos anos de docência, o perfil é bem diversificado, sendo entre 5 anos e mais de 30 anos, assim como o período de anos lecionando nas escolas atuais: entre 1 mês e 12 anos.

#### 4.2 Análise da entrevista

As entrevistas com as sete docentes foram realizadas por meio de perguntas semiestruturadas e divididas em 4 eixos. O primeiro, foi para delinear um perfil das entrevistadas, já mencionado acima, o qual nos mostra professoras que não se limitaram à formação inicial, mas buscaram conhecimento através de pós-graduações. O segundo eixo foram perguntas relacionadas à concepção de educação inclusiva. As entrevistadas foram questionadas sobre o que é educação inclusiva para elas; assim como, sobre o que elas conhecem da Legislação Brasileira de Inclusão; se para elas existe inclusão nas escolas brasileiras e o que pode ser feito para de fato incluir uma criança com deficiência. O terceiro eixo foi relacionado às experiências com educação inclusiva: se ensinam/ensinaram crianças com deficiência; aspectos positivos da inclusão escolar e principais dificuldades encontradas por elas nesse processo. Quarto eixo foram questões sobre formação/capacitação dos professores realizada pela Rede Municipal de Goiana para a inclusão escolar de crianças com deficiência: “Você tem/teve capacitação para inclusão escolar de crianças com deficiência oferecida pela Rede Municipal de Goiana?”; “Quais assuntos são abordados nessas capacitações? São suficientes?”; “Quais assuntos deveriam ser abordados?”.

O primeiro eixo com a caracterização das entrevistadas já foi mencionado no tópico 4.1, sendo assim, partiremos para a análise do segundo eixo, que são perguntas relacionadas à concepção de educação inclusiva. As docentes foram questionadas sobre o que é educação inclusiva para elas e foi possível verificar que a compreensão que elas têm sobre educação inclusiva é a de que o aluno precisa participar juntamente com a turma das atividades e não ficar isolado, fazendo uma atividade a parte da classe.

*A gente tem que desmistificar essa questão da inclusão. Não é só colocar o aluno dentro da sala e fazer uma atividade diferenciada e dar a ele para ele fazer. A inclusão é fazer com que ele participe das atividades dentro de suas limitações, mas da atividade que todos estão fazendo. Inclusão para mim é isso: é se todos os meninos estão fazendo uma atividade de recorte e colagem, eu fazer uma adaptação para que ele também faça isso. Né? Não é... não ele não pode fazer isso, ele não pode fazer aquilo. Para mim, a inclusão é isso: é ele participar, ele estar ali na sala de verdade, não ali no*

*cantinho fazendo uma atividade isolada, que geralmente é o que acontece (P1).*

Para P2, educação inclusiva é aquela que além de receber as minorias, o “diferente”, também dá as condições de uma boa permanência na escola e que tenha tratamento equitativo em relação às outras pessoas que não tenha aquela diferença. A professora P7 também acredita que educação inclusiva seja trazer para a escola e dá as condições necessárias, não só do acesso. E de fato, no paradigma da inclusão, a escola que deve se modificar para receber esse aluno, ou seja, não apenas a inserção, mas as condições para que este permaneça e tenha aprendido como os demais estudantes sem discriminá-lo por sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem (MANTOAN, 2015, p. 28). Na concepção de P6, educação inclusiva “é fazer com que cada criança, independente da sua dificuldade, consiga compreender aquilo que a gente está tentando ensinar a elas”. Para P5 é “ter respaldo para trabalhar com as crianças com necessidades especiais e poder incluir elas para convivência com as outras crianças, dando suporte para que elas tenham desenvolvimento adequado a cada especialidade”. A professora P4 acredita que educação inclusiva é o professor estar aberto, atento a abraçar (receber) as crianças com necessidades específicas.

*Educação inclusiva é realmente o professor estar aberto, atento a abraçar essas pessoas portadoras de necessidades especiais e aí a gente vai tá incluindo elas. Com muita afetividade, com muito amor. Não deixando ela perceber que ela está sendo diferenciada entre outra criança. Deixando que ela pense: minha tia me trata igual os outros. Minha tia me vê como meus colegas. Minha tia não me trata diferente. Eu vejo assim! (P4)*

Vale salientar que na educação inclusiva, não basta receber o aluno, mas exige uma mudança de paradigma educacional (MANTOAN, 2015). Além de ter que tomarmos cuidado com a diferenciação, Mantoan (2015) nos alerta sobre o processo de diferenciação que este deve ser feito com cuidado nas escolas e também nos traz a diferenciação para incluir e para excluir. Na fala de P3, apesar de mencionar a palavra “incluir”, é uma compreensão de inclusão que, em algumas partes, olha para as limitações.

*É quando a gente consegue incluir as crianças, assim... **não em todas as atividades que a gente não vai conseguir, mas assim...** na maioria das atividades a gente consegue fazer com eles aprendam de uma forma significativa, que os alunos cooperem, ajudem. É muito importante que as outras crianças estejam ali ao lado dos outros, dos coleguinhas, para que eles sintam que estão sendo abraçados, que eles tenham amiguinhos (P3).*

Ao serem questionadas sobre se existe inclusão nas escolas brasileiras, duas delas responderam que “não”. Elas não acreditam que exista inclusão nas escolas. Segundo P1: *“as pessoas ainda não se encontraram na questão da inclusão. Eles acham que incluir é colocar essa criança dentro da sala de aula somente e é o que acontece no município”*. P5 também acredita que não exista inclusão, não como deveria ser. As demais professoras acreditam que existe, porém ainda com muita dificuldade. Algumas falas foram:

- *“Existe, mas deixa a desejar” (P2).*
- *“Existe. Assim na sala de aula existe. Às vezes, a escola não tem estrutura, mas na sala de aula os professores tentam incluir os alunos nas atividades para que eles se sintam importantes. Eu acredito que exista” (P3).*
- *“É para existir, nem todas (escolas) têm” (P4).*
- *“Falta muito caminho para chegar na inclusão. Andou 50%, mas ainda falta bastante para a gente conseguir realmente atender do jeito que elas merecem” (P6).*
- *“Algumas sim. A gente vê alguns exemplos, mas em relação ao Brasil tem muito o que avançar ainda [...] Eu diria que existe uma intenção. A legislação precisa ainda ter uns avanços” (P7).*

Apesar de acreditarem que existe inclusão nas escolas brasileiras, as professoras trouxeram questões em suas falas se referindo à falta de estrutura das escolas, falta de consciência dos professores, desinformação dos responsáveis das crianças com deficiência quanto aos seus direitos. Consequentemente, não há cobrança e os órgãos responsáveis deixam de oferecer o que é por direito, assim como o não cumprimento da legislação quanto ao atendimento das crianças no horário regular.

Se não existe inclusão ou se ainda falta melhorar, o que fazer para de fato incluir essas crianças? Para esse questionamento, algumas respostas foram: conscientização de que somos agentes dessa inclusão; que as leis sejam melhores aplicadas; que a legislação seja mais incisiva; que haja mais disposição dos sistemas de educação em oferecer educação inclusiva; que coloquem profissionais de apoio escolar que realmente entenda da causa para poder ajudar a criança na sua necessidade; melhorar a estrutura física; deveria existir políticas públicas e mais fiscalização dos poderes; formação específica para os professores da sala regular; oferecimento de cursos.

*[...] E também a questão de formações para os professores. Formação específica na área. Porque às vezes tem formações só com quem trabalha na*

*educação especial e a gente não é convidado para participar. Isso seria interessante pra que a gente também participasse pra que a gente né... (P3)*

*Acredito que se fosse numa rede municipal oferecer formações direcionadas para essa área da educação inclusiva: como trabalhar, como aceitar essa criança mesmo você sem formação, como abordar, como 'abraçar' essas crianças.(P4)*

*Acho que poderia ser disponibilizados mais cursos para os professores. Tanto os de apoio quanto os regulares, da rede. Disponibilizar recursos. Haver mais momentos com a família e todos e com os alunos também porque de certa forma alguns já tem preconceito, já sabe... acho que a gente falasse mais sobre isso acho que abriria bastante o leque, aumentaria um degrauzinho aí.(P6)*

Quando questionadas sobre o conhecimento que tinham da Legislação Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) apenas uma professora (P2) demonstrou conhecimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, inclusive falando os artigos referentes ao direito à educação (artigos 27 a 30). Uma outra professora (P6) falou sobre a oferta de apoio escolar caso a pessoa com deficiência necessite, conforme o artigo 28: “Art.28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XVII - oferta de profissionais de apoio escolar”; porém disse que não havia lido a legislação detalhadamente. As outras docentes disseram não ter conhecimento ou não ter lido o documento. P1 justificou que não leu a legislação por não ter a formação na área e que tem uma pessoa responsável na escola para trabalhar com essa criança e essa pessoa quem é responsável por isso.

O terceiro eixo trata sobre as experiências em educação inclusiva. Seis das entrevistadas tiveram experiências com ensino de crianças com deficiência, seja no ano atual ou em anos anteriores. Apenas uma delas (P7) que nunca teve em sala de aula uma criança com deficiência. Essa professora estava há 18 anos fora da sala de aula, trabalhando na parte técnica. Na turma atual também não tinha (até o momento da entrevista) nenhum estudante com deficiência. Na conversa sobre esse tópico surgiram algumas questões interessantes como a falta parceria da família com a escola e a falta de preparo dos profissionais de apoio escolar, fato mencionado pelas professoras P5 e P6. A docente falou que, muitas vezes, a criança está em sala de aula, mas não há estímulos em casa, terapias e nem um acompanhamento dos pais. Disse que falta a parceria família e escola. Desabafou que é importante a família estar junto, dizendo o tipo de suporte, hiperfoco (no caso do aluno autista que ela ensinava), o que trabalhar mais em sala e os pais estimulando em casa também.

*A gente fica tateando sabe... tentando adivinha o problema maior da criança, mas nem os pais sabem passar porque não há o acompanhamento para ela. Tem o laudo e esse autista tinha um laudo já muito antigo. Acho que quando ele tinha uns 3 ou 4 anos. O menino já tinha o quê? 11 anos. Sabe? Não há uma terapia, não há um acompanhamento, não há um feedback. Sabe? Isso dificulta bastante e a gente... essa turma hoje tá pequena, mas a turma do ano passado eram 31 alunos, naquele nível assim sabe... porque 5º ano é entre 11 e 16 anos porque tem os retidos com a realidade nossa quem trabalha em escola pública sabe como é: violência, droga, tudo mais para você dar uma atenção e suporte para uma criança que precisa de algo mais é impossível uma professora só em sala de aula. Aí vem um apoio que não tem uma experiência, as vezes não tem vontade mesmo, só tá ali para cumprir é difícil viu (P6).*

Nesse eixo ainda foram realizadas perguntas sobre quais aspectos as docentes consideram como positivos no processo de inclusão escolar, quais são suas principais dificuldades e porque acreditam que elas ocorrem. Um dos aspectos positivos citado por quase todas foi relacionado a convivência, tanto dos alunos quanto das docentes, com a diferença. A aceitação dos alunos quanto ao que é diferente e o sentimento de pertencimento da criança com deficiência. Uma das docentes brincou ao ser questionada perguntando se poderia responder “nenhum”. Inicialmente, não viu aspecto positivo na inclusão de crianças com deficiência, mas depois fez referência ao trabalho da profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

*Pode ser nenhum? (risos) Não. Tem, tem... tem alguns aspectos positivos. Eu acho que esse interesse e cuidado deles (Secretaria de Educação) em ter uma pessoa para ficar com essas crianças que apresentam essas deficiências. Esse cuidado que eles têm. Tem um centro de educação especial para atender essas crianças, para que não fiquem desassistidas (P1).*

Essa docente não consegue visualizar aspectos positivos na inclusão. Ela diz que estes existem, mas se refere ao centro de educação especial. Essa fala nos remete ao período das escolas e classes especiais, em que as crianças viviam segregadas e, apesar de ter um atendimento especializado, não tinham o convívio com outras crianças diferente dela. Com a inclusão, tanto a criança com deficiência como a que não tem deficiência tem a oportunidade de aprender a socializar e respeitarem as diferenças.

Outra docente citou como aspecto positivo o fato da legislação ter avançado, a existência de formação de professores e “*profissionais que querem se dedicar a esse trabalho, essa atividade pedagógica lindíssima*”(P7).

Em relação às dificuldades encontradas por elas para inclusão escolar foram estas: dificuldade relacionada à família (aceitação dos pais da criança com deficiência e dos outros pais em não ter preconceito, falta de apoio familiar); à falta de estrutura física; falta de recursos pedagógicos; não se sentir apto ao trabalho e não saber como agir na prática; não ter formação para lidar com as crianças; não ter um profissional qualificado para trabalhar em sala de aula. Acreditam que essas dificuldades aconteçam por falta de informação, de conscientização, falta de políticas públicas na área e de mais empenho dos governos, dos responsáveis, das secretarias.

No quarto eixo, as perguntas foram sobre formações continuadas e capacitações oferecidas pela Rede Municipal de Goiana para os professores da sala regular trabalhar com crianças com deficiência. Se essas formações eram realizadas e, em caso afirmativo, se os conteúdos abordados eram suficientes e quais deveriam ser abordados. Seis das professoras entrevistadas disseram que nunca tiveram formação na área da educação inclusiva oferecidas para elas como professoras da sala regular. Falaram que recebem formações, inclusive muito boas, para o ano letivo, para trabalhar linguagens, matemática e outros conteúdos, porém nada relacionado a como incluir estudantes que tenham necessidades educacionais específicas. Não são formações na área de educação inclusiva. Uma das professoras (P7) falou que sim, que a rede oferece formações na área. Quando questionada sobre o conteúdo abordado, ela falou que não lembrava, que fazia tempo que havia participado.

- *Eu não lembro. Faz tempo que eu participei.*
- *Faz quanto tempo mais ou menos que teve?*
- *Eu estou fora de sala de aula. Eu trabalho dentro da área técnica. Eu tive, particularmente, há uns 3 anos atrás que foi para os técnicos da secretaria. Agora para os professores, anualmente tem.*
- *Mas tem para o professor da sala regular voltada para a inclusão?*
- *Sim. Tem. (P7)*

As outras seis docentes falaram que em anos que estão na rede, nunca tiveram formação na área de educação inclusiva:

- Não. Nenhuma. Nunca. 11 anos, nunca tive. Porque a formação é direcionada a essas pessoas que vão trabalhar com essas crianças.*
- *Para o professor da sala regular não tem?*
- *Não. Eu, pelo menos, nunca participei..(P1)*

*Ainda não. Dentro de 1 ano não. A gente teve outro tipo de capacitação, mas direcionada a educação inclusiva não. Eu tenho as que eu busquei*

*antes. Eu tenho várias, porque eu senti que eu precisava. Eu dizia que não eu não queria ser uma professora que quando recebesse um aluno com deficiência, transtorno eu não saber o que fazer. Entendeu? Por isso eu busquei (P2).*

*Não. Estou no município desde 2011. - E desde 2011 nunca participou? - Nunca participei de nenhuma formação relacionada à educação inclusiva não”(P3);*

*“Não. Não lembro. As formações são direcionadas mais a língua portuguesa, matemática... língua portuguesa e matemática.” (P4);*

*“Não. Para a gente do regular não. Sempre tem para quem já é da área” (P5).*

*Não tem formação direcionada para inclusão. Nas formações são abordados maneiras, técnicas da gente trabalhar os conteúdos em sala de aula. São boas as formações da rede sabe...*

*- Mas não traz a questão da criança com deficiência?*

*- Não. Até hoje não (P6).*

Como não acontecem as formações específicas para inclusão, a pergunta sobre os conteúdos abordados nessas formações não foi respondida. Algumas responderam com o que acontece nas formações anuais para os professores, ou seja, conteúdos de como abordar linguagens, matemática e os demais assuntos em classe. Para as docentes, formações específicas de como abordar esses conteúdos junto às crianças com deficiência, incluindo-a na turma seria superimportante para o trabalho docente e o processo de inclusão escolar.

*- Eu acho que deveria ser tratado a maneira de como a gente trabalhar com a sala toda na questão da inclusão juntamente com o conteúdo. Não só falar do problema, mas assim... do conteúdo, das matérias mesmo. Como a gente pode fazer na parte prática, que recursos a gente precisaria ter. Na sala mista (típica e atípica) você trabalha assim. Sabe...*

*[...] - Questão prática como trabalhar com todos e com ele. Porque as vezes você tem o conteúdo e você olha assim... meu Deus... porque a gente já não tem o recurso né. Ai você tem o conteúdo e você passa o conteúdo para as crianças geral na sala e você vê que aquela criança não alcançou como você gostaria que ela alcançasse sabe... ai você... meu Deus como que eu... porque você vê que cada um tem uma maneira que consegue chegar, mas ai falta esse conhecimento sabe. (P6)*

Caso tivesse formações específicas para os professores da sala regular, os conteúdos que seriam interessantes de serem abordados, segundo as docentes entrevistadas, seriam: legislação; especificidades dos transtornos e deficiências que mais têm em sala de aula; confecção de recursos pedagógicos, utilização de recursos assistivos. A P2 acredita que nessa

formação, além de ensinar como utilizar os materiais, deveria ser distribuído nas escolas. Também deveria ter formações em Libras e Braille, pois segundo ela, para confecção de materiais e atividades adaptadas precisam do conhecimento. Quem prepara é o professor regente. Como preparar algo sem o conhecimento?

*- É, é... porque a gente... tudo bem que vai ter o profissional que vai assistir, profissional de libras, o intérprete e tal, mas a gente tem que ter essa preparação também. Porque a gente vai precisar preparar todo material somos nós. Quem vai preparar o material somos nós e não a assistente. Ela vai aplicar e nós vamos montar, então nós temos que ter aquele conhecimento.(P2)*

Para P3, deveriam realizar oficinas para mostrar algumas opções de como trabalhar de maneira prática com crianças com necessidades educacionais especiais para que ela aprenda. Assim como, palestras de como o professor proceder diante de comportamentos agressivos ou de como lidar em situações de crise, por exemplo, que esse estudante venha ter. A professora 5 pensa semelhante: *“A maneira de como você lidar, o psicológico tanto da criança quanto do professor” (P5)*; Complementa com outras questões como atividades lúdicas e o uso de tecnologias assistivas:

*[...]atividades lúdicas; atividades com material concreto que eles gostam disso e outros recursos que a gente vê que a gente não tem.*  
*- Outros recursos como?*  
*- De... pronto... uma criança que tenha baixa visão a gente não tem um aparelho, uma lupa... a gente não tem.*  
*- Seria tecnologias assistivas?*  
*- Tecnologias assistivas. A gente não tem. Uma criança com baixa visão e a gente ter um material para ajudar aquela criança, então acho que numa formação... é uma série de coisas né, mas numa formação, se for para educação inclusiva, que a gente tenha vários aparatos para que essa educação aconteça já que a gente não tem o professor específico para a área.(P5)*

Sobre as formações dos professores, a autora Mantoan (2015) diz que os professores carecem dessa formação em educação inclusiva e que deveria compor o currículo de formação inicial. Como saída para obter sucesso nessa formação emergencial para inclusão ela sugere a prática de compartilhamento de ideia, sentimentos e ações entre toda equipe pedagógica. De acordo com a autora:

Essa proposta de formação visa incentivar os professores a se encontrar regularmente com os colegas de escola, a fim de estudarem juntos e colaborarem com seus pares, trocando ideias, dirimindo dúvidas, buscando opiniões com outros especialistas internos e externos à escola. Enfim, descobrindo os caminhos pedagógicos da inclusão. (MANTOAN, 2015, p. 82)

Essas são as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar pelas docentes da rede municipal de Goiana que participaram da pesquisa e suas necessidades para que de fato esse processo seja melhor efetivado no município. Constata-se que a aceitação das famílias, a falta de estrutura física, de recursos pedagógicos e de formação na área, além de não ter um profissional qualificado para trabalhar em sala de aula se tornam dificuldades para a efetiva inclusão escolar. Segundo Bezerra e Figueiredo (2010, p. 45), “propagar, ainda mais, o discurso de que faltam recursos, professores preparados, estrutura adequada nas escolas etc, nada fará mudar! É necessário substituir a fala das dificuldades pela fala das possibilidades. Criar condições para que as mudanças aconteçam no cenário educacional”. Apesar das dificuldades serem as mesmas encontradas por outros docentes e algumas vezes como desculpa para não se realizar a inclusão nas classes regulares, fazendo-se do discurso de que a inclusão é uma utopia, a intenção desta pesquisa não é buscar motivos de que não seja possível, mas buscar soluções diante dessas dificuldades encontradas. As docentes não trouxeram em suas falas que estas são impedimento para realizar a inclusão e sim que gostariam de mudanças nessas questões para que de fato a inclusão escolar ocorra como deveria ser. Querem realizar a inclusão, estão realizando, apesar de suas dificuldades, porém desejam ter melhores condições para isso, através de fornecimento de recursos, formações e estrutura física, todos previstos em legislação.

## **5 Considerações Finais**

O objetivo geral deste estudo foi analisar as concepções de educação inclusiva dos professores da sala regular da rede municipal de Goiana/PE. Para atingir este propósito, foram estudadas histórico da educação especial e inclusiva, a diferença entre os conceitos de integração e inclusão, os marcos legais tanto internacionais quanto nacionais e as barreiras para a inclusão. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com sete docentes da rede municipal e a fim de compreender as concepções sobre educação inclusiva, identificar quais aspectos consideram como positivo na inclusão escolar e analisar suas principais dificuldades e o porquê delas ocorrerem.

Constatou-se que a concepção de educação inclusiva das docentes, em sua maioria, está de acordo com o conceito de inclusão, no qual consiste em não apenas receber esse aluno, mas dar as condições de sua permanência incluindo-o junto à turma e também com o referencial

teórico utilizado e documentos norteadores da inclusão escolar. Consideram como aspectos positivos da inclusão escolar a convivência, tanto dos alunos quanto das docentes, com a diferença; a aceitação dos alunos quanto ao que é diferente e o sentimento de pertencimento da criança. E suas principais dificuldades são relacionadas à família, também a falta de estrutura física, de recursos pedagógicos e de formação na área, além de não ter um profissional qualificado para trabalhar em sala de aula. Acreditam que essas dificuldades surjam por falta de informação, de conscientização, falta de políticas públicas na área e de mais empenho dos governos, dos responsáveis, das secretarias.

Diante dos dados obtidos, podemos afirmar que muitas intervenções precisam ser feitas principalmente relacionadas à formação continuada dos professores, o qual é um problema que persiste nas pesquisas da área de inclusão escolar. Nesse sentido, diante das falas das entrevistadas, sugerimos, caso tivesse formações específicas para os professores da sala regular, que fossem realizadas oficinas de confecção de recursos pedagógicos, palestras sobre como os docentes devem agir diante de alguns comportamentos das crianças com deficiência, trocas de experiências com outros profissionais sobre práticas exitosas e conhecimento sobre as especificidades de algumas deficiências, não as tornando professoras especialistas, mas oferecendo o mínimo de conhecimento para que possam planejar e preparar uma aula em que todos sejam incluídos.

Sabemos que existem lacunas com relação à inclusão escolar de crianças com deficiência, não apenas na rede municipal de Goiana, mas em outras redes municipais, estaduais e federais. O debate sobre o tema continua. É preciso ouvir os docentes, quanto à sua compreensão em relação ao tema e suas dificuldades, mas também conhecer práticas exitosas na educação inclusiva e compartilhá-las. Ouvir não apenas os docentes, mas também (e principalmente) as pessoas com deficiência e suas famílias para que tomemos decisões acertadas quanto à inclusão escolar/social e busquemos melhorias nesse processo.

## **Referências**

BEZERRA, Tarcileide Maria Costa; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Inclusão escolar: o aluno com deficiência na escola regular. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de. (org.) **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/pesquisa/40/30277?tipo=ranking>> Acesso em: 27 de setembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/pesquisa/13/78117>> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão** nº 1, 2005, MEC/ SEESP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?. 2ª reimpressão – São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MEC, Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Org. Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília, 2004.

MENDONÇA, P. B. de O. A METODOLOGIA CIENTÍFICA EM PESQUISAS EDUCACIONAIS: PENSAR E FAZER CIÊNCIA. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 87–96, 2017. DOI: 10.17564/2316-3828.2017v5n3p87-96. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, 2006, 8, 63-83.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. **FORUM– Instituto Nacional de Educação de Surdos**. vol.5 (jan/jun); Rio de Janeiro: 2002